

## América Latina: Baixo Crescimento e Oportunidades para o Futuro

GUILHERME TINOCO (\*)

As economias da América Latina têm apresentado, de maneira geral, um crescimento decepcionante nas últimas décadas, falhando em convergir para a renda das economias avançadas e ficando para trás na corrida mundial pelo crescimento. O que explica esse desempenho e quais os caminhos para superá-lo são questões bastante relevantes e que foram discutidas no relatório “Why Does Latin America underperform?”, divulgado no final do ano passado.<sup>1</sup> Elaborado pelo Group of Thirty (G30), um *think tank* formado por um conjunto de economistas de renome, incluindo ex-ministros, ex-presidentes de bancos centrais e acadêmicos de prestígio, o documento trouxe uma visão geral e um diagnóstico das razões para o baixo crescimento da região, além de ter apontado algumas oportunidades para o futuro. O objetivo desse texto é trazer um resumo dos principais pontos do relatório, possibilitando a reflexão sobre os desafios das economias da região.

Olhando por uma perspectiva histórica, depois de ter alcançado taxas de crescimento mais ele-

vadas entre as décadas de 1950 e 1980, a economia da América Latina tem sido caracterizada pelo baixo crescimento econômico nos últimos 40 anos, salvo por alguns períodos curtos e específicos, como no início dos anos 2000, quando o superciclo de commodities garantiu alguns anos de maior crescimento do PIB. Tão logo aquele momento acabou, contudo, a região voltou a crescer de maneira bastante modesta novamente, como temos observado desde o início dos anos 2010.

Em termos numéricos, durante o período entre 1990 e 2019, o crescimento médio anual per capita do PIB latino-americano foi de 1,8%. A título de comparação, esse número equivale a menos da metade da taxa média observada na Ásia emergente e é similar à taxa dos países avançados (1,7%), estando também próxima à dos Estados Unidos (1,5%). Os números mostram, portanto, que a região não conseguiu convergir para os países de renda avançada e ainda ficou para trás de outras regiões relevantes.

A partir desses números, o relatório realiza um exercício de contabilidade do crescimento, decompondo as contribuições de cada fator por meio de uma função de produção. Ao longo do período, os resultados do exercício, expostos na Tabela 1, mostram que a contribuição do capital para o crescimento na América Latina foi praticamente nula. A contribuição da produtividade total dos fatores (PTF) foi ligeiramente negativa. A contribuição do trabalho foi elevada e respondeu por quase 1 p.p. do crescimento, refletindo fatores demográficos, incluindo o aumento na participação das mulheres no mercado de trabalho. Por último, a contribuição do capital humano foi de 0,8 p.p., influenciada pelo aumento na escolaridade da população. Com isso, uma conclusão do exercício é que, portanto, a falta de investimento e o baixo crescimento da produtividade estariam entre os fatores mais importantes para explicar a dinâmica de baixo crescimento na região ao longo desses anos.

Tabela 1 – Contribuição para o Crescimento do PIB Per Capita, 1990 - 2019

	Crescimento PIB per capita	Contribuição (p.p.)			
		PTF	Acumulação de capital	Capital Humano	Trabalho
Economias Avançadas	1,68%	0,88	-0,18	0,61	0,36
EUA	1,52%	1,66	-0,29	0,19	-0,05
Ásia Emergente	3,90%	1,50	0,57	1,29	0,55
América Latina	1,82%	0,03	-0,04	0,84	0,98
Caribe	1,15%	-0,46	0,21	0,70	0,70

Fonte: Group of Thirty (2023).

Um segundo exercício realizado no trabalho trata da comparação de algumas variáveis latino-americanas com um grupo de controle. Este grupo foi construído com países similares em termos de renda e nível de desenvolvimento e inclui África do Sul, Bulgária, Egito, Filipinas, Hungria, Indonésia, Malásia, Polônia, República Tcheca, Romênia, Tailândia e Turquia. Em 2019, o PIB per capita médio desse grupo era de US\$ 8,9 mil, contra um valor de US\$ 9,6 mil de média na América Latina. Mas cerca de 50 anos antes, em 1970, o PIB per capita médio era de US\$ 5,2 mil na América Latina e de US\$ 2,7 mil no grupo de controle, evidenciando que, nessas últimas cinco décadas, o grupo de controle exibiu uma taxa de crescimento significativamente maior.

A partir desta constatação, o texto examina quais fatores estariam por trás da diferença de desempenho entre os dois grupos. O pri-

meiro fator destacado é a baixa poupança e o baixo investimento na América Latina em relação ao grupo de controle. O segundo diz respeito à educação. Apesar da evolução nos anos de estudo no continente americano, os países do grupo de controle evoluíram mais e possuem entre 1 e 2 anos a mais de estudo do que o Chile, o país com maior escolaridade na América Latina. Além disso, a qualidade da educação seria pior neste último grupo, como apontado por uma série de exames e comparações internacionais.

O terceiro fator é a produtividade (PTF), com a América Latina exibindo um menor nível de produtividade do que o grupo de controle durante o período analisado e, além disso, com um leve declínio absoluto desde meados da década de 1990. O documento discute algumas explicações para a baixa produtividade na região latino-

-americana, dando destaque para a “misallocation” entre setores e dentro dos setores.<sup>2</sup>

O quarto fator, que ajudaria a explicar a baixa produtividade e a “misallocation” entre setores, é o grau de abertura da economia. Em geral, atividades voltadas à exportação são as que geram maior crescimento no longo prazo (por meio de externalidades em pesquisa e desenvolvimento, expansão na variedade de produtos, melhoria na qualidade do produto, entre outros). Comparando os grupos, enquanto o grupo de controle aumentou gradualmente a sua abertura comercial, os países da América Latina se mantiveram mais fechados no mesmo período. Ainda em relação ao comércio exterior, a questão da diversificação da pauta de exportação bem como o grau de complexidade das exportações também ajudariam a explicar a diferença de desempenho entre as

regiões, pois a comparação com o grupo de controle é bastante desfavorável para a América Latina.

Além das questões mais gerais, o relatório também reconhece que existem diferenças entre os países. Assim, apresenta uma interessante classificação dos países em quatro grupos, chamando de quatro síndromes da América Latina.

O primeiro, chamado de instabilidade macroeconômica endêmica, inclui Venezuela, Argentina e Equador. São três casos com grandes diferenças entre si, mas que nutrem a instabilidade macroeconômica como fator comum. A Venezuela tem apresentado forte declínio em seu PIB per capita nos últimos anos, em meio a um ambiente político extremamente conturbado. A Argentina também é um caso clássico de declínio de riqueza relativa, e, além disso, convive atualmente com taxas de inflação extremamente elevadas, escassez de moeda estrangeira e sucessivas crises e planos econômicos.

O segundo grupo é chamado de estabilidade macroeconômica com crescimento declinante e inclui Colômbia, Chile, Peru e Uruguai. Estes seriam países que lograram alcançar inflação baixa, contas públicas em ordem e um crescimento do PIB mais alto em tempos recentes. Apesar da estabilidade macroeconômica, contudo, reduziram o crescimento nos últimos anos, tendência que é discutida no texto.

O terceiro grupo trata de um país só, o México. O caso mexicano seria um paradoxo do crescimento, pois o país realizou reformas, tem uma economia mais aberta e uma pauta de exportações mais sofisticada. Razões para explicar este baixo crescimento são levantadas no texto. Por fim, o quarto grupo novamente concentra um país apenas, também por conta do tamanho e complexidade da questão. É o caso do Brasil, caracterizado pelo relatório como tendo uma macroeconomia muito ruim e problemas de burocracia, captura e corrupção, além de protecionismo e baixo investimento em infraestrutura.

Depois dessa caracterização, o documento discute outras questões relevantes da América Latina, como a evolução das questões sociais (pobreza, desigualdade e bem-estar) e o conturbado ambiente político, além de questões da macroeconomia mais conjuntural. Também discute as oportunidades econômicas para o futuro das economias latino-americanas, tema que merece ser aprofundado aqui, afinal a região precisa encontrar o caminho do crescimento de longo prazo, com mais equidade e oportunidades para a população.

Neste aspecto, o documento foca em mudanças que estão acontecendo no ambiente global e que podem beneficiar as economias latino-americanas. A primeira delas diz respeito às mudanças climáticas e transição energética. Para reduzir

as emissões de gases do efeito estufa, há necessidade de vultuosos investimentos em infraestrutura e deverá haver muito financiamento de instituições multilaterais à disposição para isso. Esse tipo de investimento poderá ajudar na criação de empregos e na aceleração do crescimento. Ainda sobre as mudanças climáticas, nota-se que a região é muito rica em fontes de energia renováveis, criando uma série de possibilidades, no âmbito do *powershoring*. Além disso, oportunidades deverão ser criadas a partir do avanço do hidrogênio verde.

Outra mudança no ambiente global que pode trazer benefícios é a redefinição das cadeias globais e das redes de fornecedores. A região está bem posicionada nesse quesito, tanto pela proximidade com os EUA e Europa quanto pela ausência de grandes problemas geopolíticos. Estaria, portanto, pronta para se beneficiar dos chamados *nearshoring* e do *friendshoring*. Alguns países já conseguem aproveitar essas tendências, especialmente o México, mas a verdade é que são poucos até agora.

Um terceiro fator diz respeito à exportação de serviços, a partir do advento da tecnologia e do home office. A América Latina possui uma parcela da população com elevados níveis educacionais, e muitas vezes esses profissionais não encontram localmente empregos compatíveis com sua formação.

Assim, muitos profissionais poderiam prestar serviços de maneira remota, o que seria interessante para empresas de países avançados por conta da significativa diferença salarial.

Por fim, o documento ressalta que a região precisa estar preparada para aproveitar tais oportunidades. Assim, a melhoria no ambiente de negócios, incluindo questões legais e regulatórias, será determinante para atrair os grandes investimentos. Um exemplo citado diz respeito às reservas de lítio: apesar de possuir grandes reservas, a Bolívia pouco exporta o produto, ao contrário de seus vizinhos, especialmente o Chile.

O baixo crescimento da economia da América Latina nos últimos anos é um grande problema para a região. Sem um crescimento sustentado, torna-se mais difícil resolver os problemas sociais e distributivos que caracterizam o continente. Superar o baixo crescimento, portanto, é um desafio para os próximos anos e, para isso, espera-se que os países da região possam aproveitar as oportunidades que se apresentam hoje em dia.

## Referência

---

GROUP OF THIRTY. **Why does Latin America underperform?**  
Washington, D.C., set. 2023.

---

1 Group of Thirty (2023).

2 Em geral, pequenas empresas costumam ser menos produtivas do que as grandes, as formais mais produtivas do que as informais e a produtividade na indústria tende a ser maior (e crescer mais rapidamente) do que nos serviços. Assim, a “misallocation” ocorreria por conta de fatores que estariam, por exemplo, favorecendo empresas pequenas e/ou informais, como restrições elevadas no mercado de trabalho relacionadas à contratação e demissão, que incentivariam a informalidade, ou regimes tributários especiais voltados às pequenas e médias empresas, que deixariam de incentivar o seu crescimento.

(\*) Mestre em Economia pela FEA/USP.  
(E-mail: [gtinoco2002@hotmail.com](mailto:gtinoco2002@hotmail.com)).